

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A economia política como caminho para interpretações do Brasil: apontamentos sobre questões metodológicas para a história do pensamento econômico brasileiro			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutoranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Existem diversos trabalhos considerados seminais na linha que ficou conhecida como "interpretações do Brasil". Versando sobre questões históricas, sociológicas, antropológicas, políticas e econômicas, estes trabalhos tinham como objetivo explicitar os elementos que seriam característicos do processo de formação do Brasil. Este trabalho tem como objetivo principal resgatar a forma como os elementos da economia política se fazem presentes nestas obras de referência, explicitando o caráter totalizante destas obras, assim como expor possíveis formas de analisar outras obras no campo da economia política como obras de interpretação do Brasil, de maneira a apresentar possíveis elementos de análise para a história do pensamento econômico brasileiro.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
economia política, interpretações do Brasil, pensamento econômico brasileiro			
ABSTRACT			
There are several works considered seminal in the field that became known as "interpretations of Brazil". Dealing on historical, sociological, anthropological, political and economical matters, these works had as intention to clarify the elements that would be characteristic of the process of formation of Brazil. This paper has as main objective to rescue the way the elements of political economy are present in these works of reference, explicating the totalizing character of these works, as well as expose possible ways to analyze others works in the field of political economy as works of "interpretation of Brazil", in order to present possible elements of analysis to history of economic thought.			
KEYWORDS			
political economy, interpretations of Brazil, Brazilian economic thought			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

A economia política como caminho para interpretações do Brasil: apontamentos sobre questões metodológicas para a história do pensamento econômico brasileiro.

Carla Curty¹

Introdução

Antes de se partir para o artigo de fato, é importante expor uma consideração para os leitores: este artigo é a primeira expressão de algumas idéias e questionamentos que estão sendo desenvolvidos a partir do desenvolvimento de linhas de pesquisa no campo da história do pensamento econômico brasileiro e das interpretações do Brasil. Neste sentido, trata-se muito mais da expressão inicial de algumas impressões e sugestões teóricas que a expressão dos resultados concretos de uma pesquisa já plenamente desenvolvida, tendo como conclusões questionamentos. Dito isso, pode-se voltar as atenções para as questões do artigo em si.

De partida, é necessário afirmar que se tem como referência para a análise da história do pensamento econômico e, portanto, para a análise da história do pensamento econômico brasileiro, a noção de que o pensamento – seja ele geral, seja o especificamente econômico – é reflexo de um movimento processual, no qual as diferentes experiências históricas e dos diferentes movimentos históricos concretos de cada período; desenvolvimentos e formações teóricas; e posicionamentos políticos, sociais e ideológicos estabelecem forte influência – ainda que não seja necessariamente um movimento consciente por parte do sujeito que desenvolve o pensamento – sobre a sua formulação². Neste sentido, o sujeito formula algum pensamento influenciado pelo desenvolvimento teórico elaborado até o período de referência e também sob a influência de seu determinado posicionamento teórico, este, por sua vez, é altamente influenciado pela sua visão de mundo e sob determinados contextos históricos concretos e específicos, o que leva à existência de diferentes formulações – muitas vezes altamente conflituosas entre si – coexistirem, constituindo assim diferentes controvérsias. Isto é, a história do pensamento econômico pode ser contata como a

¹ Pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia e do Centro de Ciência Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEMA/ IE/ CCJE/ UFRJ) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/ UFRJ).

² Para uma análise um pouco mais desenvolvida a respeito da construção do pensamento e da história do pensamento econômico como um reflexo da interação complexa entre movimento histórico concreto; as visões de mundo e elementos sociais, políticos, históricos e ideológicos de cada sujeito; e as formulações teóricas desenvolvidas ver a dissertação de mestrado defendida pela autora em 2012 na UFRJ, sob orientação da professora Maria Malta, intitulada “David Ricardo sob a Ótica de Karl Marx: Apontamentos sobre História do Pensamento Econômico e Ideologia”.

história das controvérsias³ sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política⁴. Ou seja, trata-se de um método em história do pensamento econômico que tem como principal referência o materialismo histórico dialético.

A partir deste método em história do pensamento econômico, pretende-se neste artigo expor, sinteticamente, como o debate em torno da questão das “interpretações do Brasil” se apresenta no contexto intelectual nacional. Além disto, pretende-se levantar questionamentos a respeito da possibilidade de interação entre os elementos da economia política e as interpretações do Brasil, de maneira a levantar possibilidades de continuidade das pesquisas desenvolvidas no âmbito da história do pensamento econômico e das interpretações do Brasil.

A respeito das “*Interpretações do Brasil*”.

O campo que ficou conhecido como *interpretações do Brasil* apareceu – conforme destaca Bernardo Ricupero (2008, p. 21) – no período entre a proclamação da República, em 1889, e o desenvolvimento mais amplo e estabelecido da universidade no Brasil, a partir da década de 1930. Neste período surgiram diversos autores⁵ que se debruçaram sobre questões como: *Quem somos? Para onde vamos? De onde viemos? Há possibilidades de mudanças de nossa trajetória? Se há, como mudá-la?*

Também é possível identificar nestes autores a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo de seus trabalhos, isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico, por exemplo. Geralmente suas obras tratam dos três momentos históricos, *o presente, o passado e o futuro*, isto é, começam com um grande balanço histórico – foco no passado –, analisam como os elementos deste balanço histórico e do processo de formação contribuíram para a construção do Brasil – o presente – e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país – futuro.

É importante notar que estas obras são caracterizadas pelo gênero mais narrativo e amplo, conhecido como *ensaístico*. Não à toa começam a perder espaço com o desenvolvimento da

³ E não, como a visão mais tradicional e difundida da história do pensamento econômico estabelece: um processo contínuo, linear e evolutivo, no qual o pensamento contemporâneo seria a expressão mais desenvolvida do pensamento. Para maiores desenvolvimentos acerca das diferenças entre a visão tradicional da história do pensamento econômico e o debate crítico neste campo, ver MALTA, 2005.

⁴ À respeito da formulação deste método em história do pensamento econômico, ver MALTA, *et alli*; 2011.

⁵ Entre estes autores, destacam-se: Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, por exemplo. Outros autores que podem ser incluídos no rol dos interpretes do Brasil, tais como Florestan Fernandes, Celso Furtado, Antonio Candido, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Raymundo Faoro, Octávio Ianni, Darcy Ribeiro, entre outros, tiveram suas obras de referência para o debate das interpretações do Brasil publicadas em período posterior aos anos 1930.

universidade e do meio acadêmico no Brasil a partir dos anos 1930. Neste período, há uma mudança no estilo de escrita analítico sobre o Brasil (RICUPERO, 2008, p. 22), com enfoque maior em monografias a respeito de temas mais específicos. É interessante notar que dois movimentos surgiram nas interpretações no Brasil no período posterior à década de 1930: por um lado, autores como Raymundo Faoro (1958), Florestan Fernandes (1973) e Darcy Ribeiro (1968; 1995) seguiram escrevendo a respeito de temáticas mais amplas, no que pode ser encaixado dentro do gênero ensaístico; por outro, autores como Celso Furtado (1958) e Antonio Candido (1959) abordaram, ainda com a perspectiva de análise do processo de formação do Brasil, mas em campos do conhecimento mais específicos, como a economia e a crítica literária, respectivamente.

Com o desenvolvimento da universidade no Brasil após 1930, e com o posterior desenvolvimento das pós-graduações – algo que será retomado quando for abordada a questão da economia política como uma chave para a análise das interpretações do Brasil – ficam alguns questionamentos que não são passíveis de serem respondidos por este artigo: *Por que há uma diminuição do interesse por estes temas? Por que há este processo de especialização?*

É possível que as respostas para estas questões passem pela progressiva guinada da produção intelectual voltada para a produtividade. Além disto, há o processo de fracionamento do conhecimento e das suas áreas, o que poderia dificultar ou afugentar a produção de análises mais ampliadas dos processos históricos, sociais, econômico, políticos e culturais brasileiros. Estes questionamentos não se tratam da negação do espaço acadêmico como um espaço relevante para a compreensão do Brasil, mas sim da abertura de um debate sobre o que é este espaço, sobre como se constitui a produção do conhecimento e sobre as possibilidades – possivelmente limitadoras – que análises não totalizantes podem ser estabelecidas. As palavras de André Botelho (2009) podem trazer luz para esta questão:

“são as relações sociais e políticas em curso na sociedade brasileira que nos interpelam constantemente a voltar às interpretações de que fora objeto no passado, e não o contrário. Porque, afinal, podemos identificar (e nos identificarmos) nas ‘interpretações do Brasil’ proposições cognitivas e ideológicas que *ainda* nos dizem respeito, já que o processo social por elas narrado – de modo ‘realista’ ou não, mas em face das questões e com os recursos intelectuais que o seu tempo tornou disponíveis – permanece, ele mesmo, em vários sentidos aberto. Se do ponto de vista substantivo, esse processo encontra inteligibilidade sociológica na modernização conservadora em que, feitas as contas dos últimos anos, prosseguimos, e a partir da qual a mudança social tem se efetivado a despeito de deixar praticamente intactos ou redefinidos noutros patamares problemas seculares; também do ponto de vista teórico-metodológico, embora sejam inegáveis os ganhos epistemológicos das ciências sociais institucionalizadas como disciplina acadêmica, não existem razões suficientes para superestimá-los como se tivessem permitido resolver de modo permanente os problemas que os ensaístas ou os cientistas sociais das gerações anteriores levantaram” (BOTELHO, 2008, p. 16-17)

Feita esta digressão – que será posteriormente recuperada – cabe fazer mais alguns comentários a respeito das interpretações do Brasil. Conforme destacam Botelho e Schwarcz (2009), na apresentação do livro “*Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*”, no qual são reunidas análises sobre 29 diferentes intérpretes do Brasil, não há uma busca de perfeita unidade entre as análises dos intérpretes do Brasil.

“Também não se imagina que os intérpretes do Brasil dialoguem entre si de maneira, apenas, harmoniosa. O pensamento social é feito de muitas contradições, ajustes e desajustes, e será frutífero entender esse painel, como uma grande e inesgotável multiplicidade. Ainda que afinidades e continuidades entre interpretações contemporâneas ou entre interpretações de diferentes momentos históricos possam ser buscadas, isso não altera a pluralidade constitutiva da tradição intelectual brasileira. Esta, em verdade, se assemelha mais a uma arena de conflitos interpretativos e de disputas sobre, ao fim e ao cabo, o que é o Brasil, como o leitor perceberá ao fim da leitura.” (BOTELHO & SCHWARCZ, 2009, p. 12-13)

(...)

“Acrescentamos que as diferentes interpretações do Brasil também se tornaram, ao longo do tempo, como que matrizes de diferentes modos de sentir e pensar o país e de nele atuar. Justamente porque não operam apenas em termos cognitivos, mas contribuem para delimitar posições e conferir-lhes inteligibilidade em diferentes disputas de poder travadas na sociedade, as interpretações do Brasil existem e são relidas no presente.” (*ibid.*, *id.*, p. 13-14)

Com estas citações, recupera-se o afirmado na introdução deste artigo, que o conhecimento é construído a partir da disputa, das contradições, o que não seria diferente com as análises de interpretação do Brasil, que também são formuladas com base em diferentes concepções teóricas e distintas visões de mundo, o que levará à formulação de diferentes interpretações.

Cabe agora apresentar os elementos da economia política como chave para a análise das interpretações do Brasil e da história do pensamento econômico brasileiro.

A Economia Política – elementos da estrutura e sua relação com a superestrutura.

Como primeiro passo para o debate da economia e as interpretações do Brasil é preciso afirmar que definição de economia política está sendo utilizada neste trabalho. Seguindo o caminho levantado por Aloisio Teixeira (2011), trata-se da economia política nos termos desenvolvidos por Karl Marx – muitos preferem se referenciar a este marco como a *crítica da economia política*:

“Ao falarmos aqui de economia política, não estamos recorrendo a nenhuma dessas conceituações, nem mesmo à dos economistas originais, mas à crítica que Marx lhe fez e com a qual inaugurou um novo programa de pesquisa cujo objeto são as leis de movimento da sociedade

capitalista, ou, mais precisamente, a dinâmica contraditória do capital, cuja essência nos é dada pelos processos de acumulação, distribuição e inovação, e daquilo que os funda e explica – a concorrência.” (TEIXEIRA, 2011, p. 330)

(...)

“Essa visão da economia política entende o capitalismo como uma formação social histórica e socialmente determinada, reconhecendo que não pode haver economia política – ou sua crítica – onde não impera o modo de produção capitalista, nem pode seu objeto ser fragmentado ou reduzido à análise das condições de equilíbrio no processo de troca. E mais: como o capitalismo instaura, pela primeira vez na história da humanidade, uma forma de organização social na qual ‘o poder social torna-se o poder privado de particulares’, também não pode haver economia política ali, onde não se constituiu o Estado capitalista.” (*ibid.*, *id.*, p. 330-331)

Isto é, trata-se de pensar as questões ligadas aos elementos estruturais da produção: a tecnologia, o trabalho e a disponibilidade de recursos naturais; em associação com os elementos ligados à organização da sociedade em uma divisão de classes. Os autores que se debruçam sobre as análises da estrutura produtiva também acabam desenvolvendo análises que versam sobre as expressões da estrutura, ou seja, as questões da distribuição da riqueza entre as classes; as questões da acumulação da riqueza e suas diferentes formas; assim como as questões das expressões do valor, as questões dos preços. A forma como os autores abordam estas questões variam enormemente, conforme foi afirmado anteriormente, pois variam suas visões de mundo e seus desenvolvimentos teóricos são distintos, logo, suas formulações para interpretar o Brasil são diferentes, muitas vezes contraditórias entre si, gerando contradições e disputas em torno de questões como: *O que é o Brasil? Como será a sua trajetória? O que fazer para melhorar/desenvolver o Brasil? Que Brasil queremos? (Que projetos de Brasil estão em disputa?)*

Mas antes de se avançar nestas questões, é importante explicitar porque considera-se a questão estrutural e, portanto, da economia política, chave para a compreensão do pensamento sobre o Brasil. Aqui segue-se o raciocínio e conclusões desenvolvidos por Karl Marx no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), no qual Marx afirma haver chegado à conclusão de “que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política.” (p. 45). Para Marx, a centralidade dos elementos da sociedade – o que podemos chamar de elementos da superestrutura – encontram suas raízes nos elementos e condições materiais da existência humana – isto é, na estrutura. Não há melhor forma de explicitar o argumento que nas palavras do próprio Marx:

“na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de

produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transtorna mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela idéia que de si mesmo faz, tampouco pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois aprofundando a análise ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir.” (MARX, 1859, p. 45-46)

Os elementos apresentados por Marx neste trecho são riquíssimos e fonte de inúmeros desenvolvimentos tanto na obra do próprio Marx, quanto no âmbito do marxismo.

É “modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”, isto é, a estrutura, *modo de produção da vida material*, constituída a partir de relações sociais desenvolvidas dentro das necessidades e características deste determinado modo de produção, que *condiciona* “o processo de vida social, política e intelectual”, ou seja, a superestrutura. E aqui cabe uma observação, já que esta parte levou a diversos debates dentro do campo do marxismo, assim como foi alvo de críticas por parte de críticos do marxismo: não se trata da determinação linear, direta e determinista, mas sim do condicionamento da vida social, política e intelectual a partir das relações sociais de produção e do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Esse condicionamento se dá de maneira dialética e não linear – unidirecional. A partir disto, pode-se afirmar que os elementos econômicos, políticos, sociais, culturais, intelectuais e históricos devem ser articulados dialeticamente no processo de compreensão do fenômeno observado e analisado, cabendo sempre levar em conta a articulação dialética do condicionamento dos elementos materiais da estrutura sobre os elementos da superestrutura. Aqui Aloisio Teixeira traz mais uma contribuição relevante para nossa pesquisa e análise: “Economia, política, antropologia e sobretudo a história – dos fatos e das idéias – são ângulos específicos e partes organicamente constitutivas da crítica da economia política, e não instrumentos mecanicamente justapostos.” (TEIXEIRA, 2011, p. 331)

Além disto, neste trecho Marx traz apontamentos sobre o processo de transformação da sociedade – um elemento importante para o debate em torno do pensamento econômico e das interpretações do Brasil. *O elemento motriz das transformações sociais reside nas transformações produzidas na base econômica.* Como afirma André Botelho (2008, p. 15) “as interpretações do Brasil devem, antes, ser tratadas como elementos importantes para a compreensão da articulação das forças sociais que operam no desenho da sociedade, que contribuem para movê-la em determinadas direções.”

Afirmou-se anteriormente neste trabalho que os intérpretes do Brasil estavam preocupados não somente com a análise do processo de formação do Brasil e o estado atual – ou melhor, contemporâneo a seus escritos – do país, mas que também visavam através destas análises estabelecer elementos que pudessem servir de subsídio para possíveis transformações do Brasil na direção que suas visões de mundo e teóricas consideravam a melhor possível. Neste contexto, a compreensão do estado das formas estruturais da produção social da vida material e suas possibilidades de transformação são essenciais, logo, o debate em formulado em torno de questões tidas como fundamentais para os economistas brasileiros – e a economia política – como, “desenvolvimento x subdesenvolvimento” e “formação x desenvolvimento”, por exemplo, são fundamentais para a compreensão das possibilidades de transformação social e política no país.

A Economia Política como elemento das “*Interpretações do Brasil*” – questões em aberto para a análise de método em história do pensamento econômico brasileiro. (Considerações finais.)

Ainda que não tratem da economia de forma explícita – as exceções podem ser Caio Prado Junior e Celso Furtado. Caio Prado Junior por ter sido, nas palavras de Antonio Candido (1967), “o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo” (p. 11), e Celso Furtado, como dito anteriormente, por ter sido o intérprete do Brasil que focou sua análise no processo de formação do Brasil a partir da economia – os chamados intérpretes do Brasil têm nas questões econômicas (estruturais) elementos relevantes de sua análise, afinal, abordar o processo de formação social deve ser tratar este processo como um todo, de forma totalizante, expondo suas características sociais, políticas, culturais, e também econômicos, ou seja, a análise do processo de formação e constituição de suas estruturas produtivas e sociais.

Se for considerada a noção de economia política apresentada neste artigo, análises focadas na formação social como um todo deveriam servir de norteador para o pensamento econômico brasileiro, afinal, pensar os elementos da estrutura econômica, das relações sociais de produção e das forças produtivas não pode ser feito de forma dissociada dos elementos políticos, sociais e culturais. No entanto, conforme afirmado anteriormente, ao longo do século XX houve um fortalecimento do processo de especialização e fragmentação do conhecimento⁶. Aloísio Teixeira (2002), afirma que no âmbito do pensamento econômico, como também nos âmbitos do ensino e da prática da economia, esse processo foi ainda mais acentuado, já que os horizontes analíticos da teoria dominante no campo da economia enfocam nas questões da aparência da realidade e está “dominada por uma visão pseudocientífica, cujos horizontes analíticos não ultrapassam as noções abstratas de mercado e de competitividade, na suposição de que o economista está sempre diante de sistemas econômicos em forma pura” (p. 57). Neste sentido, Teixeira destaca a necessidade de retomada desta visão mais ampla, totalizante:

“Entre nós, isto tem levado nossos economistas ao abandono sistemático do País como objeto de pesquisa e fonte de curiosidade intelectual. Daí a necessidade imperiosa de se proceder a uma retomada do debate de autores que, embora se constituam em referência obrigatória nos estudos sobre a formação histórica da sociedade brasileira, não encontram espaço, na atual estrutura curricular dos cursos de Economia, para serem lidos, estudados e compreendidos. Nesse momento de ruptura histórica por que passa o País, retomar a discussão a partir das interpretações ‘clássicas’ do Brasil parece-nos indispensável para reencontrarmos nosso rumo.” (TEIXEIRA, 2002, p. 57-58)

Desde a segunda metade do século XX, houve, de fato, uma diminuição do questionamento em torno destas questões. No entanto, alguns autores que podem ser associados com a economia e que partem de um referencial teórico mais crítico e que possuem influências teóricas de diferentes matrizes, tais como marxista, estruturalista/cepalina, keynesiana e kaleckiana, para citar as principais, desenvolveram formulações que podem ser consideradas interpretações do Brasil. Pode-se citar, além dos já abordados anteriormente – Celso Furtado e Caio Prado Jr –, autores como: Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Ruy Mauro Marini, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello, entre outros.

Ainda que não tenham versado explicitamente sobre temas como a constituição do Estado, da formação do povo e de uma nação brasileiros – temas considerados típicos dos intérpretes – estes autores desenvolveram importantes contribuições para o entendimento da formação econômico-social brasileira. E seguindo o afirmado anteriormente a respeito da economia política como chave

⁶ Aqui cabe afirmar que não se está negando que este processo de desenvolvimento da universidade e posteriormente da pós-graduação no Brasil não tenha fomentado avanços expressivos na produção e difusão do conhecimento. No entanto, considera-se necessário expor os elementos limitadores que este processo também desenvolveu.

para pensar uma forma de interpretação do Brasil, estes autores podem ser considerados intérpretes do Brasil, afinal, partir das questões do desenvolvimento e da formação econômica, estes autores produziram análises que podem ser vistas como interpretações do Brasil, pois, versam sobre os elementos estruturais da produção social da vida material e sua relação condicionante com os elementos ligados à superestrutura política, jurídica e ideológica.

A partir das instigações provocadas pelos diversos autores citados que se debruçaram sobre as questões metodológicas em torno das interpretações do Brasil e suas formas, assim como dos desenvolvimentos da pesquisa em curso em torno da história do pensamento econômico e das interpretações do Brasil, se buscou expor reflexões sobre possíveis elementos para se analisar as formulações intelectuais em torno do Brasil e suas interpretações. Ainda persistem muitos elementos a serem desenvolvidos, e espera-se que com o desenvolvimento da pesquisa sejam expostos os seguintes elementos, tais como: *as influências do processo de fragmentação e especialização do conhecimento sobre o desenvolvimento das interpretações do Brasil; as maneiras como pensadores associados ao pensamento econômico desenvolveram interpretações do Brasil, através das questões da estrutura produtiva e das diversas formas de expressão dessa estrutura (as questões da distribuição da riqueza entre as classes; as questões da acumulação da riqueza e suas diferentes formas; assim como as questões das expressões do valor, as questões dos preços); como estas maneiras citadas anteriormente contribuem para o refinamento do método em história do pensamento econômico desenvolvido e utilizado pela presente pesquisa.*

Referências Bibliográficas

BOTELHO, André. “Prefácio: Intérpretes do Brasil, nosso antepassados?”. In: RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo, Alameda, 2008.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. “Esse enigma chamado Brasil: apresentação”. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. (orgs.) *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 1º. Volume: 1750-1836; 2º. Volume: 1836-1880. 8ª ed. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Ed. Itatiaia Ltda., (1997) [1959].

_____. O significado de “Raízes do Brasil” (1967). In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, (1995) [1936].

CURTY, Carla. *David Ricardo sob a Ótica de Karl Marx: Apontamentos sobre História do Pensamento Econômico e Ideologia*. 2012. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro, Globo, 1958.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo, Globo, (2005) [1975].

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006 [1958].

MALTA, Maria. *Controvérsia sobre a teoria da acumulação de James Steuart*. 2005. Tese de Doutorado – Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, 2005.

MALTA, Maria Mello de *et alii*. “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão”. In: MALTA, Maria Mello de. (coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 23-52.

MARX, Karl. “Prefácio”. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Editora Expressão Popular, (2008) [1859].

RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, (2013) [1995].

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo, Alameda, 2008.

TEIXEIRA, Aloisio. “Raízes do Brasil: ‘O lado oposto e outros lados’”. In: *Revista TB*, Rio de Janeiro, 149: 55/73, abr-jun., 2002.

_____. “Posfácio”. In: MALTA, Maria (coord.) *Ecos do desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro*. IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 329-352.